

Cardoso, Irene. *Para uma crítica do presente*, São Paulo, Ed. 34, 2001, 286 pp.

Olgária Mattos
Professora do Departamento de Filosofia – USP

O cronista que narra os acontecimentos sem distinção entre os grandes e os pequenos leva em conta a verdade de que nada que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a História (Benjamin, 1987a: 223)

Os ensaios de *Para uma crítica do presente* se constroem a partir de uma questão freqüentemente silenciada: a tensão entre a “memória viva” e a “história escrita” visando o presente. A discussão conceitual é, neste livro, da maior relevância, uma vez que politiza a História. Politização que a questiona como produção ativa do esquecimento pela memória oficial e sua “razão de Estado” – o que se encontra na tematização dos anos de ditadura no Brasil, Argentina e Chile –; politização também do ofício do historiador que deve refletir acerca da história do conceito de História para compreender como se escreveu e se escreve a História, o que a concepção de uma “história bem contada” dissimula.

Contrariando, nisto, o *continuum* da História “científica” que concebe o tempo como progressão e irreversibilidade, *Para uma crítica do presente* reflete acerca da história como intervenção política e criação contínua. De Claude Lefort, retoma a idéia de indeterminação, de liberdade, pensando o virtual sob o factual, reabrindo os possíveis do campo histórico. Não apenas o que foi e como foi, mas também as narrativas latentes silenciadas. Questionando o “mausoléu da história”, enfatiza as relações entre memória e imaginação histórica, em larga medida tributária da psicanálise, mas não só. Também a tradição grega é importante, em particular na maneira como Jean-Pierre Vernant a trabalha na contemporaneidade. Assim, *Mnemosyne*, é antes de mais nada, potência de evocação, não de recolhimento. Oniscientes, as musas, suas filhas, podem tudo dizer: não somente o que é, mas também o que pode ser como, também – se o quiserem – o que não é; podem tanto contar “mentiras” (*pseudos*) quanto proclamar “verdades” (*aletheia*).

São as relações entre memória e ficção, lembrança e esquecimento que narram a História como “acontecimento histórico”: “diferenciando atualidade e presente, é o acontecimento que constrói a interrogação sobre o que somos, na perspectiva dos ‘limites contemporâneos do necessário, isto é, para aquilo que não é, ou já não é, indispensável para a constituição de nós mesmos como sujeitos autônomos’”(Cardoso: 217).

Se, para os clássicos, a história é *magister vitae* e “narrativa verídica de coisas passadas”, para Irene trata-se, preferencialmente, da noção de “experiência da História”. Esta deve ser compreendida na expressão “crítica do presente” e tem o sentido do empreendimento kantiano: a crítica é evocada para refletir acerca dos limites do conhecimento histórico, tanto mais urgente quanto deve evitar a tendência natural ao “dogmatismo da razão” que pretende julgar para além de seus domínios legítimos, criando um *continuum* progressivo do tempo e da História, no qual há falhas e indeterminação: “na visão processual da história (...) a instância interpretativa é a própria noção de processo, que constrói a significação dos acontecimentos particulares, dissolvendo-os no seu interior, integrando-os numa compreensão totalizante. Para ela, os acontecimentos podem ser pensados como acidentais, desprezíveis ou como perturbações temporais, quando não conformes à totalização interpretativa”(17). Assim, a atitude historicista e a positivista, a primeira postulando uma essencialidade do passado, a outra sua objetividade. Nos dois casos, a impossibilidade de aproximação dos eventos em sua singularidade: “no Brasil de 1978, o ano de 68 foi caracterizado pelo silêncio ou foi o objeto de uma contracomemoração, o que pode ser evidenciado pela imprensa da época, cuja manchete mais simbólica daquele momento, em um caderno especial de *O Estado de São Paulo* foi ‘Maio, de 68 – A Primavera do nada’”(198). De onde a necessidade de “construir novas relações com o tempo”. Não havendo acesso direto ao fato “tal como efetivamente foi, podemos”, escreve Irene, “acolhê-lo como o imaginamos ter sido, no sentido de transgredi-lo”(22 e 121). Com o ato de “imaginar”, não se procura indicar a história como disciplina que se exerce “entre a ciência e a ficção”, mas como *construção*: “a perspectiva da memória como construção teve uma influência inegável da psicanálise freudiana (...) para pensar os esquecimentos, os silenciamentos, as repetições na História”(26). A memória manifesta-se como “marca”, “inscrição”, “reminiscência” e não diz respeito apenas à determinação dos fatos, à prova, à demonstração.

Irene, cuidadosamente, indica sua compreensão da narrativa histórica, ao questionar aquela em “terceira pessoa” que pressupõe um “olhar de Sirius” e sua presumida neutralidade, revelando-a como esquecimento- não psicológico, mas ideológico e, isto, até mesmo em sua gramática falsificadora, aquela que se encontra na idéia de uma “história bem contada” que, além afirmar haver uma “mal contada”, se autoconcebe como imparcialidade e objetividade. No presente trabalho, *objetividade* não é distanciamento do acontecido mas absorção do historiador em seus objetos de reflexão: “nesse sentido, o retorno (ao acontecido) não é um passo atrás na descoberta de uma origem, um regresso às fontes, mas um ‘retorno adiante’, o deixar que as fontes nos retornem” (129).

Este livro toma o ano de 1968, em particular em São Paulo, como o emblema fundador de uma contramemória histórica: “a posição de banalização (dos acontecimentos desse ano) dissolve o lugar de uma perplexidade do pensamento, aquele mesmo lugar que no passado pôde instaurar, diante da atualidade do próprio acontecimento, a possibilidade de perceber sua dimensão simbólica de destruição da instituição – por meio da depredação do edifício de nº 294 da rua Maria Antonia – constituindo-o como uma experiência deste mesmo passado a ser pensado no presente” (118). A história não é, para Irene, um objeto inteiramente explicável e seguramente compreensível, mas a maneira pela qual nosso espírito se depara com fatos que lhe são obscuros, aproximando aspectos de modo a substituir o ininteligível pelo inteligível; para a autora, a história admite por vezes a existência do acaso no qual múltiplas pequenas causas podem estar realmente em ação. Voltar-se para esse ano dá a conhecer o tempo que o acolhe e revela: o tempo presente. Diante da austeridade teórica e de seu correlato, o “puritanismo” da História oficial, Irene não separa o poético e o conceitual, o filosófico e o retórico, movimentando-se em uma região que é, ao mesmo tempo, “realidade e metáfora”, dando plena consistência à crítica de Nietzsche (1947) quando ele observa: “poderia haver uma espécie de escritura histórica que não contivesse nenhum vestígio de realidade e, no entanto, merecesse ser considerada objetiva no mais alto grau” (ano: pág.). Exemplar, este livro constitui, do ponto de vista metodológico, uma crítica da imaginação histórica para construir um discurso sobre a consciência histórica. A construção elabora a idéia de “acontecimento histórico disruptivo”, descontínuo na linha do tempo. Aqui o “real” deve pouco ao “realismo”. De onde a atenção especial de Irene às “existências inexistentes” no ensaio “A narrativa silenciada”

da história oficial que estrutura o campo de uma política do conhecimento promovida pelo poder, barrando a experiência histórica, pois ele institui um “presente perpétuo”, cristalizado em uma memória sem experiência histórica. Referindo-se aos anos da ditadura e aos da pós-repressão política, a autora observa: “a questão do esquecimento e da memória constituiu-se como problemática central para a interpretação dos acontecimentos de 68, na medida em que se coloca em três registros principais: o de um passado que não se torna passado (...); o da interdição mesma do passado – a anistia proposta a partir da restrição da exumação e a prática da normalização da sociedade e da política que daí decorre; o do esquecimento como método” (: 149). Eis a razão pela qual Irene insiste na “construção de novas relações com o tempo”. A questão aqui é propriamente fenomenológica: os fatos não se encerram narcisicamente sobre si mesmos, a consciência histórica não é um dado mas uma tarefa do presente; sujeita a esquecimentos, é nas fendas de um Cogito que se torna possível a narração. O passado já se encontra disponível antes de o historiador voltar-se para ele e essa prefiguração é seu apelo ao presente.

Os silêncios da História são inseparáveis do trabalho do luto que visa passar da cena traumática do passado – a dor e o exílio, a perda dos “lugares da memória” – àquela simbólica: “não há como não partir das memórias de um espaço (a Maria Antonia) sobre qual se tentou lançar o esquecimento, sob a forma primeira do interdito e depois sob a forma da dispersão do tempo para, a partir delas, tentar a reconstrução do que é que precisava ser esquecido (...) na retirada compulsória (da Faculdade de Filosofia da Maria Antonia para a Cidade Universitária) que caracteriza todo exílio político. A Maria Antonia é um daqueles espaços marcados pela condição do exílio, de um exílio que já se constitui na dor da partida” (: 111).

A noção de espaço com que Irene trabalha não é a do geômetra – para quem o espaço é abstrato e homogêneo, ordenado e pouco acidentado e que tudo acomoda nos desdobramentos de uma extensão contínua, tudo envolvendo em um halo de proximidade, sem lacunas ou incoerências, pois integra todas as coisas ou todas as lembranças em uma articulação única. Quanto ao tempo, ele é heterogêneo: “nos registros da memória, lugares são produzidos pelo trabalho interrogativo da rememoração, tomam diferentes configurações: a questão *quem era* a Maria Antonia constrói a figuração da pessoa ou da personalidade: a questão *o que era* a Maria Antonia constrói as figurações da encruzilhada, da praça

do saguão (do prédio), de uma escola, de um pensamento, de um sentimento, do desejo, de uma razão política, de um modo de ser e de existir, de uma ausência, da vida e da morte, do inconclusivo”(122). Espaço e tempo são qualitativamente concebidos, são *topos*, com propriedades mágicas e não métricas. A rua Maria Antonia não é apenas uma rua, o saguão do prédio de nº 294 não é só um lugar, pois ambos transcendem o espaço e o tempo. Aproximando-se da concepção benjaminiana da História, Irene Cardoso toma a rua como o único campo de experiência válido na modernidade por ser ela um microcosmo político, social e existencial, onde um amor começou ou acabou, por onde pessoas queridas transitaram, onde uma guerra aconteceu. A nostalgia – a dor da ausência – inscreve o espaço e o tempo na memória: “deste modo é que podemos considerar a nostalgia como um tipo de memória, como um trabalho de reminiscência e de imaginação que, por sua força de evocação, fabrica e produz os lugares da memória (...), memória estranha – tudo findou mas permanece fiel à coisa finda”(128). Irene com sensibilidade shakespeariana preserva e intensifica vozes e fisionomias do passado, interrogando o modo de sobrevivência de uma época em outra, o estranhamento em face daquilo que no tempo resiste ao poder de aniquilamento do tempo e caminha em sentido inverso ao do esquecimento. Restituindo-nos pessoas de outras épocas e lugares, seu trabalho é, também, o da *mimesis* que é contrução e não imitação do passado, do já sido: “o recorte aqui desenvolvido permite sair do registro de uma história bem ou mal contada e permite, também, a partir do presente, da atualidade, a construção de diferentes vias de acesso ao passado, não como uma verdade essencial e originária da história, mas como verdades que são produzidas pelo jogo claro/escuro da memória e do esquecimento” (176).

Fantasmagoria do espaço e do tempo, a rua Maria Antonia é a morada de um futuro anterior, o *póthos* grego a que Irene se refere – saudade do ausente; de onde seu pertencimento tanto ao passado quanto ao futuro. Simultaneidade dos tempos significa que, se a história é grande negociadora de tratados e armistícios, a memória é móvel e “belicosa”. A rua Maria Antonia tem o duplo sentido de *Einbahnstrasse* do filósofo Walter Benjamin (1987b): ao mesmo tempo *rua de mão única* e *contramão*.

Na contracorrente de um sentido único dos acontecimentos, estes são, no trabalho de Irene, desformalizados de seu “sono dogmático” e brilham por sua aura, por seu nome, por sua ausência. Na distância temporal um nome se

converte em imagem, comunicando o incommunicável. Desorientado pela aparição simultânea da identidade e da diferença temporal o presente revela a aura do passado. Neste sentido, a rua Maria Antonia condensa tudo o que os anos lhe acrescentaram, tudo o que vozes e escritas amadas colocaram nesse nome com as quais se dialoga quando já silenciaram: “não existe nas vozes que escutamos hoje ecos daquelas desaparecidas?”, (Benjamin, 1987b).

Reconciliando a “lógica do coração” com a “prosa do mundo”, reunindo o filosófico e o histórico, Irene expressa afetos e ações. Contra a lógica da evidência e do incontrovertido, estes ensaios preocupam-se em “reorganizar os sistemas lógicos” de pensamento. Diagnóstico do presente: “miséria simbólica, a temporalidade de um puro presente – uma extensão homogênea na qual não há figuração nem de um passado nem de um futuro – é a impossibilidade de narrar a própria história”(: 252). Não por acaso, para falar da história dos anos de terror dos anos 60 e 70, Irene volta-se para a literatura, analisando *Retrato calado* de Luiz Roberto Salinas Fortes. Livros e ruas despertam recordações e viagens – um modo peculiar de reviver experiências passadas ativadas no presente. A rua Maria Antonia não é o passado mas o futuro e o presente, de tal forma que o luto transforma-se em lúdico pelo trabalho da memória e da imaginação. Nessa zona intermediária onde o novo ainda se mistura ao antigo, renasce a memória como força ativa e criadora. O que a história do *fait accompli* encerra, a memória pode revitalizar.

Recusando o veredito da história oficial, este livro evoca um *dépaysement* diante do qual a ciência da história recua. Os “silêncios da história” não indicam afasia, assim como a rua Maria Antonia não é um lar perdido mas reencontrado. Cada palavra, objeto ou evento necessitam liberar-se de um sentido único, determinado e definitivo. Retorno a 68 significa: reconciliação da recordação com o esquecimento. Assim, 68 contém a sua pré e sua pós-história.

Este trabalho desenvolve-se entre dois silêncios: o do terrorismo de Estado e aquele outro, pleno de significações, que espera seu deciframento. Neste livro acompanhamos a construção de um enigma – da história, da memória, da rua Maria Antonia. Diferentemente do segredo que se desfaz no plano da comunicação – pois nasce não do desejo de proteger o mistério mas de criá-lo, o enigma de datas e lugares retira sua força da tensão interrogativa que suscita.

Crítica do presente, pois: memória e esperança, atenção ao presente. Semelhante a um rito de iniciação volta-se ao passado para inaugurar um começo que é,

melhor, um recomeço: “é sempre no presente, afinal”, escreve Marc Augé, “que se conjuga o esquecimento”(1994: 78).

Bibliografia

AUGÉ, M.

1994 *Não-Lugares – Introdução a uma antropologia da modernidade*, Campinas, Papirus.

BENJAMIN, W.

1987a “Sobre o conceito de história”, in *Obras escolhidas*, vol. 1, São Paulo, Brasiliense, tese n. 3.

1987b “Madame Asriadne, segundo pátio à esquerda” e “Rua de mão única”, in *Obras escolhidas*, vol. 2, São Paulo, Brasiliense.

NIETZSCHE, F.

1947 “Usos e abusos da História para a vida”, in *Consideraciones Intespetivas*, Buenos Aires, Aguilar, obras completas, vol. 2.